

SELEÇÃO PÚBLICA

005. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO JÚNIOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

Prédio

Sala

Carteira

Inscrição

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

Das musas, entidades mitológicas da Grécia Antiga, dizia-se que eram capazes de inspirar criações artísticas e científicas. Mulheres belas, talentosas e descendentes diretas de Zeus já foram homenageadas por Shakespeare, Dante e Rafael.

Pois a musa inspiradora de Felipe Alves Elias tinha 15 m de comprimento e 6 m de altura, pesava até sete toneladas e estaria, hoje, com idade bem avançada: 145 milhões de anos. Funcionário do Museu de Zoologia da USP, Felipe leva tatuado no braço um crânio de espinossauro e é um paleoartista. Ele diz: “Faço a representação visual de uma hipótese paleontológica sobre a anatomia, a aparência ou a ecologia das espécies fósseis.” Apesar da explicação complicada, todos já devem ter visto obras de paleoartistas em livros didáticos, exposições ou filmes. O trabalho deles, contudo, não aparece nos *Flintstones* ou no *Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros*.

“A paleoarte tem como função a divulgação científica”, diz Ariel Milani, um dos grandes estudiosos da área no Brasil. “No cinema, é entretenimento. Visualmente é lindo, mas tudo ali é uma grande liberdade artística”. Ao dizer isso, ele jura que não é dor de cotovelo. Pioneiro da paleoarte no Brasil, Ariel desenha dinossauros há quase 20 anos e atualmente faz doutorado na Unicamp. Ele afirma: “Meu trabalho tenta formalizar a paleoarte dentro das ciências biológicas. O problema é que as pessoas não entendem o limite entre arte e ciência. Para os cientistas, somos artistas; para os artistas, somos cientistas.”

Para estimular o crescimento da área no país, anualmente a Paleo SP – reunião anual da Sociedade Brasileira de Paleontologia – organiza um concurso de paleoarte. O próximo evento está marcado para dezembro e Ariel será o juiz técnico, por isso sugere alguns macetes que podem levar os aspirantes à vitória. “O dinossauro não pode ser magnífico, se estiver andando em cima da grama, está errado. A grama só surgiu depois dos dinossauros. Também não pode colocar um T-Rex ao lado de um dinossauro do período Triássico.”

(Revista da Folha, junho de 2015. Adaptado)

01. A afirmação de Felipe Elias, no segundo parágrafo, está corretamente reproduzida em:

- (A) Felipe inspira-se nas musas gregas para representar graficamente as espécies dos dinossauros.
- (B) O paleoartista baseia-se nos recursos da criatividade para desenhar os fósseis primitivos.
- (C) Felipe faz a representação gráfica de como os cientistas imaginam que tenham sido os animais.
- (D) Felipe seleciona as melhores criações das musas presentes nas obras de pintores e de escritores.
- (E) O paleoartista copia os desenhos das espécies fósseis encontrados nas obras dos artistas.

02. Segundo o texto, a paleoarte tem por objetivo

- (A) fazer com que as pessoas se encantem com todos os tipos de fósseis.
- (B) cooperar com a criação de filmes sobre a trajetória dos dinossauros.
- (C) garantir que as produções cinematográficas sejam fiéis às ciências.
- (D) difundir cientificamente os dados relativos ao estudo dos fósseis.
- (E) promover junto com cineastas o entretenimento do público.

03. Assinale a passagem do texto em que se evidencia a incompreensão acerca da atividade do paleoartista.

- (A) “Faço a representação visual de uma hipótese paleontológica sobre a anatomia...”
- (B) “Visualmente é lindo, mas tudo ali é uma grande liberdade artística”.
- (C) “... todos já devem ter visto obras de paleoartistas em livros didáticos, exposições ou filmes.”
- (D) “Meu trabalho tenta formalizar a paleoarte dentro das ciências biológicas.”
- (E) “Para os cientistas, somos artistas; para os artistas, somos cientistas.”

04. No enunciado – Com a paleoarte, os estudiosos [*predispõem-se*] à divulgação científica; já com o cinema, todos [*entretêm-se*]. Visualmente é lindo, mas ali, desenhos, efeitos especiais, tudo [*decorrem*] de uma grande liberdade artística”. – os verbos destacados, respectivamente, quanto à conjugação e à concordância, assumem emprego correto em:

- (A) *predispõem-se*; se *entretêm*; *decorrem*.
- (B) *predispõe-se*; se *entretém*; *decorriam*.
- (C) *predispõem-se*; se *entretêm*; *decorre*.
- (D) *predispõem-se*; se *entretêm*; *decorrem*.
- (E) *predispõe-se*; se *entretém*; *decorrem*.

05. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, quanto ao uso ou não do acento indicativo da crase, as lacunas dos enunciados a seguir.

Os artistas dedicam-se ____ musas para se inspirarem.

Não se pode colocar um T- Rex junto ____ um tiranossauro do Triássico.

Tudo ali se assemelha ____ uma grande liberdade artística.

(A) às ... a ... a

(B) às ... à ... à

(C) às ... a ... à

(D) as ... a ... a

(E) as ... à ... a

06. Nas frases – Dante, Rafael e Shakespeare homenagearam **as mulheres talentosas** – e – Ariel sugere **aos aspirantes** alguns macetes que podem levá-los à vitória. – a substituição dos termos em destaque por um pronome pessoal está respectivamente correta, de acordo com a modalidade-padrão, em:

(A) Dante, Rafael e Shakespeare homenagearam-nas. / Ariel sugere-os alguns macetes que podem levá-los à vitória.

(B) Dante, Rafael e Shakespeare homenagearam-nas. / Ariel sugere-lhes alguns macetes que podem levá-los à vitória.

(C) Dante, Rafael e Shakespeare homenagearam elas. / Ariel sugere-nos alguns macetes que podem levá-los à vitória.

(D) Dante, Rafael e Shakespeare homenagearam-lhes. / Ariel sugere-lhes alguns macetes que podem levá-los à vitória.

(E) Dante, Rafael e Shakespeare homenagearam-las. / Ariel sugere-los alguns macetes que podem levá-los à vitória.

07. Substituindo-se a conjunção **contudo** em – O trabalho deles, **contudo**, não aparece nos *Flintstones* ou no *Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros*. – a frase permanece com o mesmo sentido em:

(A) O trabalho deles, desse modo, não aparece nos *Flintstones* ou no *Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros*.

(B) O trabalho deles, portanto, não aparece nos *Flintstones* ou no *Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros*.

(C) O trabalho deles, conseqüentemente, não aparece nos *Flintstones* ou no *Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros*.

(D) O trabalho deles, logo, não aparece nos *Flintstones* ou no *Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros*.

(E) O trabalho deles, porém, não aparece nos *Flintstones* ou no *Jurassic World – O Mundo dos Dinossauros*.

08. Assinale a alternativa que substitui, corretamente, quanto ao sentido, as expressões destacadas em – Das musas, entidades mitológicas da Grécia Antiga, dizia-se que eram **capazes de** inspirar criações artísticas e científicas. – e – Ao dizer isso, ele jura que não é **dor de cotovelo**.

(A) decididas a; displicência.

(B) voltadas a; remorso.

(C) avessas a; ressentimento.

(D) suscetíveis de; despeito.

(E) cientes de; indiferença.

Para responder às questões de números 09 e 10, leia os quadrinhos.



(www.escute.tumblr.com. Adaptado)

09. Pode-se afirmar que o personagem Horácio

- (A) acumulou experiências diante dos percalços para poder vislumbrar perspectivas mais promissoras.
- (B) sucumbiu às vicissitudes da vida, deixando-se levar pelos momentos difíceis por que passava.
- (C) viveu intensamente os dias alegres de sol e não se preocupou com o que poderia lhe acontecer no futuro.
- (D) reconheceu que os perigos das noites escuras impediam-no de explorar devidamente os dias de sol.
- (E) manifestou inquietações com o fato de não poder aproveitar os benefícios dos dias de sol.

10. A frase do penúltimo quadrinho, em nova versão, apresenta regência correta, de acordo com a norma-padrão, em

- (A) Afinal, estou convencido que uma noite escura sobrepõe-se a um dia de sol.
- (B) Afinal, estou convicto de que uma noite escura antecede um dia de sol.
- (C) Afinal, estou consciente de que um dia de sol antecipa-se uma noite escura.
- (D) Afinal, estou ciente que um dia de sol precede a uma noite escura.
- (E) Afinal, estou certo de que um dia de sol segue-se uma noite escura.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

11. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942).
- (A) Em regra, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - (B) O desconhecimento da lei exonera a pessoa de seu cumprimento.
 - (C) Em regra, a lei entra em vigor no dia seguinte ao que for oficialmente publicada.
 - (D) É vedada a revogação tácita de lei.
 - (E) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram nova lei.
12. Assinale a alternativa correta sobre as pessoas jurídicas.
- (A) Por constituir uma ficção jurídica, a pessoa jurídica não possui proteção aos direitos inerentes à personalidade.
 - (B) Nas associações, a qualidade de associado é, em regra, intransmissível.
 - (C) O desvio de finalidade e a confusão patrimonial são requisitos cumulativos para aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.
 - (D) As fundações são, em regra, pessoas jurídicas de direito público interno, com regime de direito privado.
 - (E) A alteração do estatuto de uma fundação exige a aprovação pelo Ministério Público, salvo se a deliberação se der pelo quórum mínimo de dois terços dos representantes.
13. Quando uma pessoa celebra negócio jurídico e, por inexperience, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da contraprestação, é hipótese do seguinte defeito do negócio jurídico:
- (A) ignorância, que enseja na nulidade absoluta do negócio jurídico.
 - (B) dolo, que enseja na nulidade absoluta do negócio jurídico.
 - (C) erro, que enseja na nulidade relativa do negócio jurídico.
 - (D) lesão, que enseja na nulidade relativa do negócio jurídico.
 - (E) estado de perigo, que enseja na nulidade absoluta do negócio jurídico.
14. Assinale a alternativa correta sobre o inadimplemento das obrigações e suas consequências jurídicas.
- (A) Em regra, o devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior.
 - (B) Constitui lucros cessantes a perda da chance de realização de um negócio que traria benefício financeiro ao credor.
 - (C) A mora do credor exonera o devedor isento de dolo à responsabilidade pela conservação da coisa.
 - (D) Não havendo convenção entre as partes sobre os juros moratórios, esses são devidos pelo devedor tão somente se este demonstrar seu prejuízo.
 - (E) O valor da cominação imposta em cláusula penal poderá exceder o da obrigação principal.
15. Assinale a alternativa correta sobre o pagamento em consignação.
- (A) Poderá o depositante requerer o levantamento do valor depositado enquanto o credor não declarar sua aceitação ou impugnar o depósito.
 - (B) A consignação extrajudicial não pode ser realizada quando o credor concordar em receber o pagamento, mas recusar-se a outorgar quitação.
 - (C) Pendendo litígio sobre o objeto da obrigação e conhecendo o devedor esta circunstância, exonerar-se-á se pagar a qualquer dos litigantes.
 - (D) A consignação extrajudicial constitui requisito para a posterior realização da consignação judicial.
 - (E) Se couber ao credor optar pela escolha de coisa indeterminada, deverá o devedor consignar todos os possíveis objetos da obrigação.
16. Entende-se por remissão da dívida a
- (A) reunião, na mesma pessoa, da qualidade de credor e devedor.
 - (B) substituição do devedor antigo por novo devedor.
 - (C) exoneração do garantidor da obrigação, por ato do credor.
 - (D) substituição do objeto da obrigação, por convenção das partes.
 - (E) exoneração do devedor do cumprimento da obrigação.

17. Assinale a alternativa correta sobre o direito contratual, de acordo com o Código Civil de 2002.

- (A) Não se admite contratos por adesão na relação civil diversa da relação de consumo.
- (B) Considerando a natureza do contrato preliminar, em regra as partes que o celebraram não têm direito de exigir a celebração do contrato definitivo.
- (C) Havendo estipulação de arras, esta deve ser em dinheiro, sendo vedada a utilização de outros bens móveis para esta finalidade.
- (D) Para fins de obrigatoriedade da proposta, considera-se presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- (E) É nula a cláusula que exonera o alienante de sua responsabilidade pela evicção.

18. Aquele que demandar por dívida já integralmente paga, deverá devolver

- (A) valor equivalente ao que houver cobrado.
- (B) o valor cobrado acrescido da metade.
- (C) o dobro do que houver cobrado.
- (D) valor equivalente ao que houver cobrado, acrescido de um terço.
- (E) o triplo do que houver cobrado.

19. Sobre a capacidade processual, nos termos previstos no atual Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) o juiz dará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal, ao réu solto, bem como a réu citado por edital ou por hora certa, independentemente da declaração de revelia.
- (B) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados.
- (C) a autorização do marido e a outorga da mulher não podem suprir-se judicialmente, por ser ato unilateral e individual, mesmo quando um cônjuge a recuse ao outro sem justo motivo, ou lhe seja impossível dá-la.
- (D) a massa falida é representada em juízo, ativa e passivamente, por seu curador, enquanto a herança vacante e jacente o será pelo seu inventariante.
- (E) verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação do autor, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito, sendo que se não for cumprido pelo requerente a providência que lhe couber, terá declarada a anulação do processo.

20. Assinale a alternativa correta sobre litisconsórcio, nos termos previstos do Código de Processo Civil.

- (A) Para que se configure o litisconsórcio, duas ou mais pessoas em processos distintos, mas sobre o mesmo assunto, em conjunto, ativa ou passivamente, podem litigar se entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente a lides das quais participam.
- (B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação suspende o prazo para resposta, que continua da intimação da decisão.
- (C) Há litisconsórcio facultativo quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; sendo em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- (D) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- (E) Os litisconsortes sempre serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.

21. Embargos de terceiro é a ferramenta utilizada por aquele que, não sendo parte no processo, sofre alguma constrição judicial em seus bens. Sobre tal instituto, conforme descrito no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) tal instrumento só poderá ser utilizado em ações que versem sobre execução e cumprimento de sentença, tendo em vista que nesses procedimentos constantemente são realizados atos judiciais de turbação e esbulho sobre bens de quem não é parte nessas ações.
 - (B) a legitimidade ativa para manejar tal instrumento processual é apenas do terceiro senhor e possuidor do bem que sofreu constrição judicial.
 - (C) os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo no processo de execução, admitindo-se, por exceção, que sejam manejados na ação de conhecimento, em até cinco dias após a citação do réu da ação principal.
 - (D) os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual proceder-se-á de acordo com o disposto no art. 803.
 - (E) os embargos serão distribuídos por dependência e correrão em autos distintos perante o mesmo juiz que ordenou a apreensão.
22. No Código de Processo Civil, o art. 496 traz o rol dos recursos cabíveis em nosso sistema jurídico processual. Sobre tais recursos, é correto afirmar que
- (A) a apelação é recurso cabível contra sentença, sendo que nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal não pode julgar desde logo a lide, se a causa versar sobre questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
 - (B) após interpor agravo de instrumento, o agravante, no tríduo legal, deverá juntar aos autos do processo cópia da petição do referido recurso, o comprovante de sua interposição, bem como a relação dos documentos que o instruíram, sob pena de ser inadmitido.
 - (C) se tratando de Recurso Extraordinário, a súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata do Julgamento que será publicada no Diário Oficial, mas não valerá como acórdão.
 - (D) não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo em autos apartados no prazo de 10 (dez) dias.
 - (E) cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença que resolveu ou não de mérito, ou houver julgado precedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.
23. Em uma audiência de instrução e julgamento, o juiz, ao conduzir os trabalhos, primeiro colheu o depoimento pessoal do autor, na presença do réu, e o do réu, também com a presença do autor, logo após, fez a oitiva das testemunhas, primeiro as do réu e depois as do autor, e por fim escutou o perito para fins de esclarecimentos. Diante do quadro exposto, e do que determina expressamente o Código de Processo Civil, é correto afirmar que o juiz
- (A) acertou na sua conduta, tendo em vista que oportunizou às partes valerem-se da ampla defesa e do contraditório nessa fase do processo, conhecida como postulatória.
 - (B) errou, uma vez que o depoimento pessoal do autor só pode ser colhido na ausência do réu, sendo que nos demais atos praticados durante a audiência de instrução e julgamento observou rigorosamente as regras do Código de Processo Civil.
 - (C) errou em todos os seus atos, tendo em vista que primeiramente deveria ter colhido o depoimento do perito, para após colher o depoimento pessoal do autor, na ausência do réu, e, enfim, o depoimento pessoal do réu e, após, realizar a oitiva das testemunhas do autor em primeiro lugar, para depois ouvir as do réu.
 - (D) acertou na sua conduta, tendo em vista que oportunizou às partes valerem-se da ampla defesa e do contraditório nessa fase do processo, conhecida como instrutória.
 - (E) errou, uma vez que o depoimento pessoal do autor só pode ser colhido na ausência do réu, e, ainda, por que trocou a ordem das provas orais, sendo que primeiro deveria ter colhido o depoimento das testemunhas do autor, depois as do réu, para após colher o depoimento pessoal das partes e, por fim, ter arguido o perito para que prestasse esclarecimentos.

24. Imagine que José, maior e capaz, tem contra si uma sentença de mérito transitada em julgado há um ano e meio. Descubra hoje que tal sentença contra si proferida foi julgada por magistrado que era filho da parte contrária, Manuel, pessoa maior e capaz. Diante da situação exposta, é correto afirmar que:
- (A) José poderá propor ação rescisória, sendo que para tanto deverá depositar a importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.
 - (B) José não poderá propor ação rescisória, pois o caso em comento trata-se de hipótese de suspeição do juiz e não de impedimento, não admitindo o manejo de tal instrumento na tentativa de desfazer a coisa julgada.
 - (C) José não poderá valer-se da ação rescisória, pois o prazo decadencial para manejo de tal instrumento é de um ano a contar do trânsito em julgado da decisão.
 - (D) somente o Ministério Público terá legitimidade para propor a ação rescisória, pois o caso em tela revela fato onde houve clara fraude a lei, atribuindo ao *parquet* a legitimidade ativa exclusiva para propositura dessa demanda.
 - (E) José só poderá propor ação rescisória se depositar a importância de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.
25. Numa situação hipotética, o exequente, após ter sido realizada a penhora e avaliação de um bem, requer sua adjudicação pelo preço da avaliação. O juiz intima o executado e o cônjuge do devedor manifesta interesse em também adjudicar o bem. Nesse caso, deverá o juiz
- (A) abrir uma licitação entre o exequente e o cônjuge do executado, sendo que em igualdade de oferta, o exequente terá a preferência na adjudicação.
 - (B) indeferir o pedido do cônjuge do executado, uma vez que apenas o exequente tem o direito à adjudicação.
 - (C) abrir licitação entre as partes, sendo que em igualdade de oferta, o cônjuge do executado terá preferência na adjudicação.
 - (D) indeferir o pedido de ambos, pois em primeiro lugar procede-se a tentativa de alienação por iniciativa particular. Sendo frustrada, poderá levar a análise do pedido de adjudicação feito exclusivamente pelo exequente, tendo em vista que tal direito não assiste ao cônjuge do executado.
 - (E) indeferir o pedido do exequente, uma vez que a adjudicação só poderá ser feita pelos ascendentes, descendentes e cônjuge do executado.
26. Numa ação que verse sobre cobrança em decorrência de acidente de automóvel, dentro do que está previsto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) o réu dessa ação, caso entenda que possui direito a constituir contra o autor, poderá manejar reconvenção que será julgada na mesma sentença que analisar ou não o mérito da ação.
 - (B) para que não haja nulidade no procedimento, o réu deverá ser citado com no mínimo 15 dias de antecedência da realização da audiência na qual deverá comparecer.
 - (C) o autor da presente ação deverá comparecer pessoalmente em todas as audiências designadas para esse procedimento, não podendo fazer-se representar por outrem, sob pena de arquivamento da ação.
 - (D) tanto o autor como o réu da ação deverão apresentar rol de testemunhas e quesitos a serem respondidos pelo perito, na primeira oportunidade que falarem nos autos, ou seja, o autor na petição inicial e o réu na contestação.
 - (E) o juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de sessenta dias, citando-se o réu para que a essa sessão compareça, sendo que a ausência do réu, em nenhuma hipótese, importará em revelia.

27. As normas deverão ser vistas como preceitos integrados em um sistema unitário de regras e princípios. Tal afirmação, relativa à interpretação e à aplicação das normas constitucionais, refere-se ao princípio da

- (A) força normativa da Constituição.
- (B) máxima efetividade.
- (C) unidade da Constituição.
- (D) proporcionalidade ou da razoabilidade.
- (E) justeza ou da conformidade funcional.

28. A respeito dos direitos e garantias fundamentais relativos ao direito à intimidade e à vida privada, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (B) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano exclusivamente moral decorrente de sua violação.
- (C) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional e à investigação dos crimes hediondos e aqueles que lhe forem equiparados por lei.
- (D) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para fins de investigação ou instrução processual cível ou penal.
- (E) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, sendo exigível a licença prévia se tais manifestações atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade.

29. Considerando os princípios que regem a Administração Pública, constantes do artigo 37 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Por consequência do princípio da eficiência, a Administração deve sempre buscar a concretização do interesse público e não do particular.
- (B) A Administração Pública, de acordo com o princípio da impessoalidade, deve agir com boa-fé, sinceridade, probidade, lhanza, lealdade e ética.
- (C) O princípio da moralidade é insito ao Estado Democrático de Direito e está intimamente ligado à perspectiva de transparência, dever da Administração Pública, direito da sociedade.
- (D) A Administração deve atuar segundo a lei e nunca contra ou além da lei, em razão do princípio da legalidade.
- (E) O princípio da publicidade administrativa consiste na organização racional dos meios e recursos humanos, materiais e institucionais para a prestação dos serviços públicos.

30. Princípios constitucionais orçamentários são enunciados lógicos, que buscam orientar o modo como os orçamentos públicos devem ser elaborados, aprovados e executados. Na Constituição Federal de 1988, é vedado à lei orçamentária conter matéria estranha à fixação da despesa e à previsão da receita. Tal preceito corresponde ao princípio da

- (A) unidade orçamentária.
- (B) não afetação da receita.
- (C) quantificação das receitas orçamentárias.
- (D) programação orçamentária.
- (E) pureza ou da exclusividade orçamentária.

31. A seguridade social na Constituição Federal de 1988 é organizada sob a forma de gestão pública, permitindo a participação e o controle da sociedade civil, possuindo como tripé estrutural

- (A) o primado do trabalho, o bem-estar social e a justiça social.
- (B) o direito à saúde, à assistência social e à previdência.
- (C) a propriedade privada, a função social da propriedade e a livre concorrência.
- (D) a universalidade da cobertura e do atendimento, a equidade na forma de participação no custeio e a diversidade da base de financiamento.
- (E) a defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego.

32. Considere a seguinte situação hipotética. Presidente do Conselho Federal de Odontologia edita resolução em que é negada validade acadêmica a cursos de especialização ministrados por entidades de classe. Tendo em vista as garantias existentes na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar, no caso em tela, que
- (A) embora haja previsão constitucional do mandado de segurança coletivo, nenhuma entidade de classe de cirurgiões-dentistas possuiria legitimidade para impetração do *mandamus*, em favor de seus membros ou associados, considerando que essa legitimidade é deferida para partido político com representação no Congresso Nacional ou associação beneficente sem fins lucrativos.
 - (B) o mandado de segurança é instrumento processual de jurisdição contenciosa, que pode ser utilizado para invalidar atos de autoridade, todavia, o Presidente do Conselho Federal de Odontologia não pode ser considerado autoridade coatora, pela impossibilidade de equiparação dele às autoridades da Administração indireta para fins do *mandamus*.
 - (C) o direito líquido e certo é aquele que pode ser demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória, razão pela qual, apesar de o Presidente do Conselho Federal de Odontologia poder ser considerado autoridade coatora para fins de *mandamus*, não há como se delimitar a ilegalidade apontada, fazendo com que não seja cabível mandado de segurança.
 - (D) o ato do Presidente do Conselho Federal de Odontologia é ilegal e merece reparo, via mandado de segurança, a ser impetrado pelo Ministério da Educação, em razão de preservação de suas atribuições, cabendo ao indivíduo interessado, que se considerar prejudicado pela resolução, apenas aguardar o desfecho do *mandamus*.
 - (E) o mandado de segurança seria o instrumento adequado para questionamento da legalidade da resolução, por entidade de classe dos cirurgiões dentistas, pois apesar de não caber mandado de segurança contra lei em tese, essa proibição não atinge norma que veicula autênticos atos administrativos, os quais estejam produzindo efeitos concretos individualizados.
33. Assinale a alternativa que corretamente discorre a respeito da ação civil pública, prevista na Constituição Federal.
- (A) Entende o Supremo Tribunal Federal que a ação civil pública pode ser ajuizada como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade, provocando uma espécie de controle concentrado de constitucionalidade de lei ou ato normativo.
 - (B) Não se verificando a existência de meio apto para resolver controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata, há de se entender possível a utilização da ação civil pública.
 - (C) O controle difuso de constitucionalidade pode efetivar-se por meio da ação civil pública, não podendo, no entanto, ser esta ajuizada como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (D) Ainda que atinente à sua finalidade constitucional específica, qual seja, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, a Defensoria Pública não pode propor ação civil pública.
 - (E) A ação civil pública não é instrumento apto à repressão dos atos ímprobos, em virtude da lesividade, ilegalidade e imoralidade que os circundam, cabendo, em tais hipóteses, o manejo do mandado de injunção.
34. Considere a seguinte situação hipotética. Cidadão ingressa com ação popular em face do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, proposta com o objetivo de que seja declarada a ilegalidade e a lesividade ao patrimônio público consubstanciadas no fato de o Conselho manter em seu quadro funcionário com mais de 70 anos, que foi contratado há 12 (doze) anos, sem observância da regra do concurso público. A respeito, é correto afirmar que
- (A) o Conselho Regional de Odontologia de São Paulo constitui autarquia federal e, como tal, deve se submeter às regras de direito público, razão pela qual a ação popular deve ser julgada procedente, afastando-se o funcionário e promovendo-se o devido concurso público para quaisquer admissões de funcionários que se façam necessárias.
 - (B) como o funcionário pede demissão durante o trâmite do processo em primeira instância, que ainda não havia sido sentenciado, a ação deve ser julgada extinta, sem resolução de mérito, por perda de objeto.
 - (C) o Supremo Tribunal Federal admitiu a possibilidade de delegação, a uma entidade privada, de atividade típica do Estado, que abrange poder de polícia, de tributar e de punir, no que concerne ao exercício de atividades profissionais, razão pela qual a ação popular deve ser julgada improcedente.
 - (D) a ação popular prescreve em 5 (cinco) anos, assim a ação deve ser julgada extinta com resolução de mérito, pelo reconhecimento da prescrição, já que a admissão do funcionário, que constituiria ato lesivo ao patrimônio público, deu-se 12 (doze) anos atrás.
 - (E) na ação popular, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, no caso, o Conselho, não poderá abster-se de contestar o pedido, devendo contestá-lo no prazo de 15 (quinze) dias, podendo fazê-lo por negativa geral.

35. Dentre os princípios da Administração Pública expressamente previstos na Constituição Federal de 1988, um deles objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica. Este mesmo princípio também determina que a Administração volte-se exclusivamente para o interesse público, e não para o privado, vedando-se, em consequência, sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros e prejudicados alguns para favorecimento de outros. A descrição refere-se ao princípio da
- (A) legalidade.
 - (B) impessoalidade.
 - (C) moralidade.
 - (D) publicidade.
 - (E) eficiência.
36. Dentista anuncia clareamento dentário em site de compras coletivas na internet ofertando preço que afirma ser 50% mais barato do que aquele praticado pelos dentistas em geral. Diante da proibição legal, que veda a dentistas anunciar preços e modalidades de pagamento, o Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo impõe-lhe uma multa. No âmbito do direito administrativo, essa conduta pode ser considerada, face à natureza jurídica dos Conselhos Profissionais, uma forma de exercício do poder
- (A) vinculado, pois o agente público avalia a conveniência e a oportunidade do ato que vai praticar na qualidade de administrador dos interesses coletivos.
 - (B) regulamentar, face à prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação.
 - (C) hierárquico, devido ao escalonamento em plano vertical dos órgãos e agentes da Administração em relação aos particulares, que tem como objetivo a organização da função administrativa.
 - (D) disciplinar, pois aos agentes superiores é dado o poder de fiscalizar as atividades dos de nível inferior, defluindo daí o efeito de poderem eles exigir que a conduta destes seja adequada aos mandamentos legais.
 - (E) de polícia, pelo qual a autoridade administrativa intervem no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais.
37. Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre a responsabilidade civil do Estado no direito administrativo brasileiro, sob a égide da Constituição Federal de 1988.
- (A) Quando houver culpa da vítima, há que se distinguir se é sua culpa exclusiva ou concorrente com a do poder público; no último caso, o Estado não responde.
 - (B) Basta que aquele que causar o dano tenha a qualidade de agente público para acarretar responsabilidade estatal se, ao causar o dano, mesmo fora do exercício de suas funções.
 - (C) No caso de danos causados por multidão, o Estado responderá se ficar caracterizada a sua omissão, a sua inércia, a falha na prestação do serviço público.
 - (D) Em relação às sociedades de economia mista e empresas públicas, deve ser aplicada a regra constitucional da responsabilidade objetiva.
 - (E) Às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não se aplicará a regra constitucional, mas a responsabilidade disciplinada pelo direito privado.
38. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos relativos à licitação previstos no ordenamento jurídico brasileiro.
- (A) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
 - (B) As normas de licitações e contratos não poderão dispensar tratamento diferenciado ou favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
 - (C) Qualquer cidadão pode acompanhar a licitação, desde que apresente requerimento com antecedência de trinta dias e não interfira de modo a perturbar os trabalhos.
 - (D) É inexigível a licitação em casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo.
 - (E) É dispensável a licitação para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

39. Acerca dos contratos administrativos, é correto afirmar que

- (A) não são permitidos contratos verbais para pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas as compras feitas em regime de adiantamento.
- (B) nenhuma cláusula poderá ser acrescentada ao contrato, contendo disposição não prevista na licitação, sob pena de nulidade, exceto a cláusula de reajustamento de valores.
- (C) os contratos para os quais a lei exige licitação não devem ser firmados *intuitu personae*, ou seja, em razão de condições pessoais do contratado.
- (D) as cláusulas exorbitantes são as que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem privilégios a uma das partes, no caso, a Administração.
- (E) os contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico de seus autógrafos e registro sistemático de seu extrato.

40. Considere a seguinte situação hipotética, a seguir descrita. O Presidente do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo considera que, diante da peculiar estrutura dos Conselhos Profissionais, as atividades do CRO-SP não se submetem à fiscalização do Tribunal de Contas da União. Por consequência, não é apresentada prestação de contas pelo CRO-SP ao Tribunal de Contas da União. Diante de tais fatos, o Tribunal de Contas da União

- (A) poderá impor multa, como sanção pela não apresentação da devida prestação de contas, bem como afastar o Presidente do CRO-SP, caso haja indícios de que ele, prosseguindo no exercício das funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditorias ou inspeções.
- (B) deverá sustar a execução e os pagamentos de todos os contratos firmados pelo Presidente do Conselho, que permanecerão em suspenso até decisão definitiva sobre sua legalidade.
- (C) poderá sustar a execução de todos os contratos vigentes e afastar o Presidente do CRO-SP de suas funções, determinando a convocação imediata de eleições para o preenchimento do cargo.
- (D) não poderá impor multa imediata por descumprimento do dever, mas deverá determinar a instauração da tomada de contas especial, podendo rejeitar as contas e tornar o Presidente do CRO-SP inelegível por 8 (oito) anos.
- (E) poderá anular, de imediato, todos os atos e contratos do Presidente do CRO-SP, impor multa pela não apresentação de prestação de contas e destituir o Presidente do CRO-SP do cargo, convocando novas eleições.

41. Acerca do procedimento da execução fiscal, conforme disciplinado em lei específica, é correto afirmar que

- (A) a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência e o da recuperação judicial.
- (B) a petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.
- (C) a produção de provas pela Fazenda Pública dependerá de requerimento específico na petição inicial.
- (D) o valor atribuído à causa na petição inicial, pela Fazenda Pública, será o da dívida constante na certidão, sem os encargos legais que serão exigidos quando do efetivo pagamento.
- (E) o despacho do Juiz que ordenar a citação do devedor para pagar a dívida em 15 dias suspende a prescrição.

42. A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos

- (A) não autoriza exação tributária, visto tratar-se de atividade-meio da Administração Pública.
- (B) não autoriza exação tributária, visto tratar-se de atividade-fim da Administração Pública.
- (C) autoriza exação tributária na modalidade imposto, visto que referida atuação da Administração Pública se dá em caráter universal.
- (D) autoriza a cobrança de tarifa ou preço público, visto que referida atividade admite delegação a concessionários de serviço público.
- (E) autoriza exação tributária na modalidade taxa, em razão de expressa previsão legal.

43. Acerca das garantias e privilégios do crédito tributário, é correto afirmar que
- (A) o Código Tributário Nacional enumera taxativamente as garantias atribuídas ao crédito tributário, dado seu caráter de norma geral em matéria tributária.
 - (B) a natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário, de acordo com o que estabelece o Código Tributário Nacional, altera a natureza jurídica do crédito, mas não altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
 - (C) a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, gera presunção absoluta de fraude.
 - (D) sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
 - (E) na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade da totalidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
44. Sobre o fato gerador da obrigação tributária, conforme disciplinado pelo Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.
- (A) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - (B) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida por qualquer espécie normativa que compo- nha a legislação tributária.
 - (C) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.
 - (D) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador, tratando-se de situação jurídica, desde que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - (E) Tratando-se de fato gerador consubstanciado em situação de fato, a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei complementar.
45. Verifica-se responsabilidade tributária em caráter pessoal no caso
- (A) do inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
 - (B) do espólio, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha.
 - (C) de pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas.
 - (D) dos pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
 - (E) dos administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.

46. Assinale a assertiva correta acerca da suspensão do crédito tributário.
- (A) A ocorrência de uma causa suspensiva implica na imediata dispensa do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja suspenso, ou dela seja consequente.
 - (B) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
 - (C) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória abrange os créditos constituídos, definitivamente ou não, à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
 - (D) O parcelamento dos créditos tributários em nenhuma hipótese poderá ser concedido quando se tratar de devedor em recuperação judicial.
 - (E) O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica e, salvo disposição de lei em contrário, excluirá a incidência de juros e multas.
47. Assinale a alternativa correta no que respeita ao procedimento da ação cautelar fiscal.
- (A) Estando a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública em Tribunal, a medida cautelar fiscal será requerida ao relator do recurso.
 - (B) Para que o Juiz conceda liminarmente a medida cautelar fiscal, é necessária a justificação prévia por parte da Fazenda Pública.
 - (C) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias, contados da concessão da medida.
 - (D) Da sentença que decretar a medida cautelar fiscal caberá apelação, sem efeito suspensivo, ainda que o requerido preste garantia correspondente ao valor da prestação da Fazenda Pública, na forma prevista na lei que rege a execução fiscal.
 - (E) Para que seja concedida a medida cautelar fiscal é exigível, em qualquer hipótese, a prévia constituição do crédito tributário.
48. De acordo com o que dispõe o Sistema Tributário Nacional, poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, apenas
- (A) a União e os Estados.
 - (B) a União e os Municípios.
 - (C) a União e o Distrito Federal.
 - (D) os Estados e o Distrito Federal.
 - (E) os Municípios e o Distrito Federal.
49. De acordo com a Lei nº 6.019/74,
- (A) trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física ou jurídica a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.
 - (B) compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos.
 - (C) o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviço ou cliente deverá ser obrigatoriamente escrito e dele deverá constar expressamente o motivo justificador da demanda de trabalho temporário, assim como as modalidades de remuneração da prestação de serviço.
 - (D) o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de seis meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego, segundo instruções a serem baixadas pelo Departamento Nacional de Mão de Obra.
 - (E) o contrato de trabalho celebrado entre empresa de trabalho temporário e cada um dos assalariados colocados à disposição de uma empresa tomadora ou cliente poderá ser escrito ou verbal.
50. “A” era concessionária de serviço público. Ao final do contrato, “B” assumiu a concessão do serviço público no lugar de “A”. Em razão disso, “A” e “B” celebraram entre si contrato de arrendamento, outorgando “A” parte de seus bens a “B” para garantir a prestação do serviço público concedido. João trabalhava para “A” e continuou a trabalhar para a nova concessionária “B”, sem solução de continuidade, por mais um ano, quando foi dispensado imotivadamente. Diante disso e dos termos da OJ-SDI-1 nº 225 do TST, é correto afirmar:
- (A) “B”, na condição de sucessora, responde pelos direitos do contrato rescindido com João, sem prejuízo da responsabilidade subsidiária de “A”, pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão.
 - (B) “B”, na condição de sucessora, responde exclusivamente pelos direitos do contrato rescindido com João, não havendo qualquer tipo de responsabilidade de trabalhista para “A”.
 - (C) “B” e “A” respondem solidariamente por todo o contrato de trabalho rescindido com João.
 - (D) “B” e “A” respondem por todo o contrato de trabalho rescindido com João, respectivamente como devedora principal e responsável subsidiária.
 - (E) “A” responde exclusivamente pelo período que João lhe prestou serviços e “B”, exclusivamente, a partir do momento que assumiu a prestação do serviço público, não havendo responsabilidade subsidiária ou solidária entre elas.

51. Pedro é contratado por uma autarquia, mediante aprovação em concurso público, sob o regime celetista, para exercer carga horária semanal de 40 horas. Após 2 (dois) anos de exercício, o dirigente autárquico, no uso de suas atribuições, expede portaria, autorizando a redução da carga horária semanal para 35 horas. Depois de um ano, a referida portaria é revogada, retornando Pedro a cumprir jornada semanal de 40 horas. Diante disso e da OJ-SDI-1 nº 308 do TST, é correto afirmar que o retorno à jornada inicial é
- (A) ilícita, porque não houve mútuo consentimento do empregado, sendo vedada a alteração por expressa disposição legal.
- (B) ilícita, porque resultou prejuízo para o empregado, sendo vedada a alteração por expressa disposição no texto da Consolidação das Leis Trabalhistas.
- (C) lícita, porque o período de vigência da portaria não foi suficiente para incorporá-la ao contrato de trabalho.
- (D) lícita, porque a jornada inicial de trabalho não poderia sofrer qualquer alteração durante o contrato de trabalho.
- (E) lícita, porque o retorno à jornada inicialmente contratada não se insere nas vedações do art. 468 da CLT, por se tratar de entidade autárquica.
52. Gil foi contratado, em junho de 2000, para receber salário de R\$ 2.000,00. Em maio de 2001, passou a ocupar função comissionada, recebendo, além de seu salário, uma gratificação de R\$ 1.500,00. Permaneceu na função comissionada até janeiro de 2013, quando foi revertido, sem justa causa, ao cargo efetivo. Diante disso e da Súmula nº 372 do TST, é correto afirmar que a reversão é
- (A) ilegal, por falta de justa causa.
- (B) possível, desde que mantida a gratificação.
- (C) nula, porque não contou com a anuência expressa do empregado.
- (D) válida, desde que haja pagamento de indenização compensatória a Gil.
- (E) válida, mesmo que suprimida a gratificação, por se tratar de função comissionada.
53. Karla foi contratada, em 1º de fevereiro de 2014, para trabalhar 44 horas semanais. Gozou 20 dias de férias em dezembro de 2015 e os 10 dias restantes, no mês de março de 2016. Diante disso e da Súmula nº 81 do TST, é correto afirmar que Karla
- (A) faz jus a receber a totalidade das férias em dobro, porque seu gozo ultrapassou o período aquisitivo.
- (B) faz jus a receber, em dobro, o equivalente a 10 dias de férias, porque gozados após o período legal de concessão.
- (C) não faz jus a receber a dobra, porque as férias foram gozadas dentro do período legal de concessão.
- (D) não faz jus a receber a dobra de férias, porque o pagamento do terço legal foi realizado dentro do período legal de concessão.
- (E) não faz jus a receber a dobra, porque mais da metade das férias foi gozada dentro do período concessivo.
54. De acordo com o art. 130 da CLT, empregado contratado para exercer jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais que, durante o período aquisitivo de férias, faltou 8 dias injustificadamente, tem direito a usufruir:
- (A) 6 dias de férias.
- (B) 12 dias de férias.
- (C) 18 dias de férias.
- (D) 24 dias de férias.
- (E) 30 dias de férias.
55. De acordo com o art. 513 da CLT, é prerrogativa dos sindicatos
- (A) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social.
- (B) manter serviços de assistência judiciária para os associados.
- (C) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.
- (D) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito.
- (E) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

56. Restringir a concessão do auxílio-reclusão aos dependentes dos segurados de baixa renda, dá efetividade ao princípio da
- (A) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (B) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- (C) equidade na forma de participação no custeio.
- (D) universalidade da cobertura.
- (E) universalidade do atendimento.
57. De acordo com o art. 3º da Lei 8.212/91, é princípio ou diretriz a ser obedecido na organização da Previdência Social:
- (A) universalidade de participação nos planos previdenciários, independentemente de contribuição.
- (B) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição, não superior ao do salário-mínimo.
- (C) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-benefício.
- (D) preservação do valor real dos benefícios.
- (E) previdência complementar obrigatória, custeada por contribuição adicional.

58. De acordo com o art. 12 da Lei nº 8.212/91, são segurados obrigatórios da Previdência Social, na qualidade de empregado,
- (A) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática, excluídos o não brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática.
 - (B) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
 - (C) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
 - (D) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
 - (E) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
59. De acordo com o art. 15 da Lei nº 8.213/91, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições
- (A) até 24 (vinte e quatro) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
 - (B) até 18 (dezoito) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
 - (C) até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
 - (D) até 6 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
 - (E) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.
60. De acordo com o art. 201, § 6º, da Constituição Federal, a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base
- (A) a média aritmética dos proventos dos últimos 12 meses.
 - (B) a média aritmética dos proventos dos últimos 6 meses.
 - (C) a média aritmética dos proventos dos últimos 3 meses.
 - (D) o valor dos proventos do mês de novembro.
 - (E) o valor dos proventos do mês de dezembro.
61. As regras gerais do Código Penal aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial?
- (A) Sim, sempre.
 - (B) Sim, mas apenas se a lei especial não dispuser de modo diverso.
 - (C) Sim, mas desde que a lei especial seja anterior ao Código Penal.
 - (D) Sim, mas apenas se a lei especial prever expressamente a aplicação subsidiária do Código Penal.
 - (E) Não, nunca.
62. A conduta de “opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio” caracteriza o crime de
- (A) desacato.
 - (B) usurpação.
 - (C) resistência.
 - (D) descaminho.
 - (E) desobediência.
63. Imagine que determinado dentista, por meio de um *site* de compras na Internet adquire, do exterior, um instrumento odontológico cuja utilização é proibida no Brasil. A encomenda não é barrada pelos controles aduaneiros e o dentista começa a utilizar o instrumento. É correto afirmar que
- (A) tipificou-se crime de descaminho.
 - (B) tipificou-se crime de contrabando.
 - (C) tipificou-se crime de exercício irregular da profissão.
 - (D) tipificou-se crime de tráfico de influência em transação comercial internacional.
 - (E) não houve tipificação de nenhum crime ou contração, tendo em vista o consentimento tácito da autoridade de controle aduaneiro.

64. Figure que em consultório odontológico exista uma pequena copa, onde os dentistas e demais profissionais que ali trabalham realizam suas refeições. Imagine, ainda, que por imprudência na manutenção do fogão e respectivas mangueiras ocorra um vazamento de gás, seguido de uma explosão. Dela decorrem danos materiais de razoável monta, mas não se registra nenhum dano à incolumidade física. Independentemente de quem seja (eventual) responsável, é correto afirmar que
- (A) não houve ilícito algum.
 - (B) apenas poderá haver responsabilização civil, uma vez que o fato é penalmente atípico.
 - (C) houve crime de explosão dolosa.
 - (D) houve crime de explosão culposa.
 - (E) houve crime de uso de gás tóxico ou asfixiante.

65. Dentista, não exercente de função pública, que, no regular exercício da profissão, dá inverídico atestado escrito a paciente amigo, recomendando seu afastamento das atividades laborativas, a fim de que o amigo possa “emendar” um feriado

- (A) pratica crime de falsidade ideológica (CP, art. 299).
- (B) pratica crime de falsidade de atestado médico (CP, art. 302).
- (C) pratica crime de falsidade de documento particular (CP, art. 298).
- (D) pratica crime de certidão ou atestado ideologicamente falso (CP, art. 301, *caput*).
- (E) não pratica crime algum.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

66. A autoridade policial pode determinar o arquivamento de autos de inquérito policial?

- (A) Não, por expressa disposição legal.
- (B) Sim, desde que constate que a punibilidade está extinta.
- (C) Sim, desde que constate que os fatos foram praticados sob alguma causa excludente de ilicitude.
- (D) Sim, desde que constate que os fatos foram praticados em legítima defesa ou estado de necessidade.
- (E) Sim, desde que exaustivas diligências comprovem a impossibilidade de elucidar a autoria criminosa.

67. Determina o art. 39 do CPP, no que toca à ação penal pública condicionada à representação, que o direito de representação pode ser exercido

- (A) pessoalmente, mediante declaração escrita, a autoridade policial, apenas.
- (B) pessoalmente, mediante declaração escrita, feita ao juiz, ou à autoridade policial, apenas.
- (C) pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração escrita, feita ao juiz ou ao órgão do Ministério Público, apenas.
- (D) pessoalmente ou por procurador, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial, apenas.
- (E) pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

68. Nos termos do art. 104 do CPP, contra a decisão de primeiro grau que julga suspeição do órgão do Ministério Público

- (A) cabe agravo.
- (B) cabe apelação.
- (C) cabe recurso em sentido estrito.
- (D) cabe recurso inominado da parte sucumbente, a fim de que a questão seja reexaminada pelo chefe do órgão (Procurador Geral de Justiça ou Procurador Geral da República).
- (E) não cabe recurso.

69. Assinale a alternativa com a norma expressamente prevista no CPP que adotou o princípio “*pas de nullité sans grief*”.

- (A) As omissões poderão ser supridas a todo o tempo, antes da sentença final.
- (B) Nenhum ato será declarado nulo se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- (C) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.
- (D) A nulidade dos atos subsequentes ao anulado não é automática, mas pode ser declarada desde que motivadamente.
- (E) O juiz que pronunciar a nulidade fica impedido de continuar a atuar no processo, a fim de evitar que se contamine pela prova nula.

70. Josué é cliente da instituição financeira Mais Valor S/A. Na semana passada recebeu um cartão de crédito em sua casa, sem que o houvesse solicitado ou consentido. Diante dessa situação hipotética, dentro da atual interpretação jurisprudencial acerca da matéria, é correto afirmar que

- (A) a atitude da instituição financeira é totalmente lícita, sendo que, valendo-se da liberdade de escolha, Josué optará em usar ou não o cartão recebido.
- (B) a prática da instituição financeira é abusiva, pois Josué não solicitou tal produto, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
- (C) a prática descrita é considerada publicidade abusiva, passível de punições administrativas, com a imposição de contrapropaganda.
- (D) a instituição financeira agiu com acerto, respeitando o princípio da livre iniciativa de mercado, em que, para atingir os consumidores, tem liberdade de oferecer seus produtos e serviços de qualquer forma no mercado de consumo.
- (E) a prática da instituição financeira é abusiva, pois Josué não solicitou tal produto, mas tal ato não se configura como ilícito, estando porém sujeito à aplicação de multa administrativa.

71. Numa situação hipotética, um consumidor comprou um alimento não perecível produzido pela empresa X, cuja embalagem demonstra exatamente quem é o fabricante. Tal alimento foi comercializado pelo supermercado Y, sendo que este consumidor, ao comer o alimento, quebrou seus dentes e engoliu um parafuso, por que tal objeto estava dentro do produto consumido. Diante do quadro exposto, e nos exatos termos do que prevê o Código de Defesa do Consumidor sobre tal matéria, é correto afirmar que:

- (A) no caso em tela, a responsabilidade descrita é pelo fato do produto, sendo que devidamente identificado o fabricante, no caso a empresa X, esta deverá ressarcir o consumidor por todos os danos que sofreu em decorrência do defeito apresentado no alimento. Esse consumidor terá cinco anos a contar dos prejuízos sofridos para requerer em juízo o seu ressarcimento.
- (B) a responsabilidade descrita no caso em tela é pelo vício do produto e, por tal motivo, tanto o fabricante X quanto o supermercado Y responderão solidariamente pelos prejuízos sofridos pelo consumidor, que deve pleiteá-los no prazo decadencial de 30 dias, por se tratar de produto não durável.
- (C) por se tratar de responsabilidade pelo fato do produto, tanto o fabricante X quanto o supermercado Y responderão pelos prejuízos sofridos pelo consumidor. Porém, o supermercado responderá subsidiariamente, e o consumidor terá prazo decadencial de cinco anos para pleitear seus direitos em juízo.
- (D) a responsabilidade do caso é pelo vício do produto, sendo que apenas o fabricante X deverá responder pelos prejuízos causados ao consumidor. O prazo prescricional para que tais prejuízos sejam pleiteados em juízo será de cinco anos.
- (E) a responsabilidade descrita no caso em tela é pelo fato do produto e por tal motivo tanto o fabricante X quanto o supermercado Y responderão solidariamente pelos prejuízos sofridos pelo consumidor, devendo pleiteá-los no prazo prescricional de 90 dias, por se tratar de produto durável.

- 72.** O Código de Defesa do Consumidor, acerca do Banco de Dados, estabelece que:
- (A) os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a três anos.
 - (B) os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado.
 - (C) os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e semestralmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.
 - (D) a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada ao consumidor, por telefone ou por escrito, quando não solicitada por ele.
 - (E) consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.
- 73.** Sobre o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor acerca da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.
- (A) Só há possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade do fornecedor, provocados por má administração.
 - (B) As sociedades em conta de participação que participem das sociedades coligadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações constantes do Código de Defesa do Consumidor.
 - (C) As sociedades coligadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
 - (D) As sociedades consorciadas só responderão por culpa.
 - (E) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- 74.** Mirassol firmou um contrato de prestação de serviços com a empresa de festas infantis Seja Feliz LTDA. Na execução dos serviços, a fornecedora carreteu à consumidora danos materiais e morais. Nessa hipotética situação, caso a consumidora ingresse com ação para pleitear seus direitos, sobre a inversão do ônus da prova em matéria consumeirista, é correto afirmar que
- (A) o juiz, obrigatoriamente, deverá inverter o ônus da prova em favor da consumidora, uma vez que por ser vulnerável é dever do Poder Judiciário facilitar sua defesa em juízo.
 - (B) é facultado ao juiz inverter o ônus da prova a favor da consumidora apenas quando as suas alegações forem verossímeis.
 - (C) a inversão do ônus da prova é direito básico do consumidor, e, por isso, não há discricionariedade do juiz em concedê-la ou não.
 - (D) a facilitação da defesa do consumidor em juízo é direito básico do consumidor, podendo o juiz, se verificada a verossimilhança das alegações ou a hipossuficiência do consumidor, inverter o ônus probatório, segundo suas regras de experiência.
 - (E) o juiz deverá automaticamente inverter o ônus da prova, independentemente das alegações feitas pela consumidora.
- 75.** Segundo o que prevê o Código de Defesa do Consumidor, são consideradas cláusulas abusivas, portanto nulas de pleno direito, aquelas que
- (A) infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais.
 - (B) estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam compatíveis com a boa-fé ou a equidade.
 - (C) estabeleçam inversão do ônus da prova em favor do consumidor.
 - (D) determinem a utilização facultativa de arbitragem.
 - (E) autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, mesmo que igual direito seja conferido ao consumidor.

76. Acerca do registro dos profissionais para o exercício da odontologia, de acordo com a Lei Federal nº 4.324/64,

- (A) as clínicas dentárias ou odontológicas, também denominadas odontoclínicas, estabelecidas ou organizadas como firmas individuais ou sociedades para a prestação de serviços odontológicos, não estão obrigadas à inscrição nos Conselhos Regionais de Odontologia.
- (B) as empresas ou entidades que mantenham departamentos ou gabinetes próprios destinados à prestação de serviços de assistência odontológica a seus empregados, associados e respectivos dependentes, deverão recolher a taxa de inscrição e as respectivas anuidades.
- (C) se o cirurgião-dentista inscrito no Conselho Regional de um Estado passar a exercer, de modo permanente, atividade em outra região, assim se entendendo o exercício da profissão por mais de noventa dias, na nova jurisdição, ficará obrigado a requerer inscrição secundária no quadro respectivo ou para ele se transferir.
- (D) aos profissionais registrados de acordo com essa lei será entregue uma carteira profissional que os habilitará ao exercício da odontologia, que, no entanto, não possuirá fé pública e não será válida como documento de identidade.
- (E) no caso em que o profissional tiver que exercer temporariamente a odontologia em outra jurisdição, assim se entendendo o exercício da profissão por até cento e oitenta dias, apresentará sua carteira para ser visada pelo Presidente do Conselho Regional da jurisdição a qual não está vinculado.

77. A Lei Federal nº 5.081/66, que regula o exercício da odontologia, afirma que é competência do cirurgião-dentista

- (A) realizar consultas mediante correspondência, rádio, televisão, internet ou meios semelhantes.
- (B) anunciar preços de serviços, modalidades de pagamento e outras formas de comercialização da clínica.
- (C) exercer mais de duas especialidades, desde que habilitado por escola ou faculdade oficial ou reconhecida.
- (D) prestar serviço gratuito em consultórios particulares, divulgando os benefícios recebidos dos clientes.
- (E) empregar a analgesia e a hipnose, desde que comprovadamente habilitado, quando constituírem meios eficazes para o tratamento.

78. O profissional Técnico em Prótese Dentária, nos termos da Lei Federal nº 6.710/79,

- (A) pagará aos Conselhos de Odontologia uma anuidade correspondente a dois terços da prevista para os cirurgiões-dentistas.
- (B) deve ter habilitação profissional em curso de prótese dentária a nível de segundo grau, sendo, no entanto, dispensado o registro perante o Conselho Regional de Odontologia.
- (C) deverá prestar, sob qualquer forma, assistência direta a clientes, desde que mantenha, em sua oficina, equipamento e instrumental específico de consultório dentário.
- (D) terá o exercício de sua profissão fiscalizado pelos Conselhos Regionais de Odontologia e pelo Sindicato dos Protéticos.
- (E) que for responsável por organizar o laboratório de prótese dentária, ficará desonerado da anuidade prevista pelo Conselho Regional de Odontologia.

79. Os valores das anuidades devidas aos Conselhos Regionais pelo Técnico em Saúde Bucal e pelo Auxiliar em Saúde Bucal, e das taxas correspondentes aos serviços e atos indispensáveis ao exercício das profissões não podem ultrapassar, respectivamente,

- (A) 1/2 (metade) para o Técnico em Saúde Bucal e 1/7 (um sétimo) para o Auxiliar em Saúde Bucal daqueles cobrados ao cirurgião-dentista.
- (B) 1/10 (um décimo) para o Técnico em Saúde Bucal e 1/8 (um oitavo) para o Auxiliar em Saúde Bucal daqueles cobrados ao cirurgião-dentista.
- (C) 3/4 (três quartos) para o Técnico em Saúde Bucal e 1/6 (um sexto) para o Auxiliar em Saúde Bucal daqueles cobrados ao cirurgião-dentista.
- (D) 1/4 (um quarto) para o Técnico em Saúde Bucal e 1/10 (um décimo) para o Auxiliar em Saúde Bucal daqueles cobrados ao cirurgião-dentista.
- (E) 1/3 (um terço) para o Técnico em Saúde Bucal e 1/8 (um oitavo) para o Auxiliar em Saúde Bucal daqueles cobrados ao cirurgião-dentista.

80. Nos termos do Decreto nº 68.704/71, salvo os casos de gravidade manifesta, que exijam aplicação imediata de penalidade mais grave, a imposição das penas ao Cirurgião-Dentista obedecerá à seguinte gradação sequencial crescente:
- (A) censura; suspensão de até 90 (noventa) dias; multa de até 50 (cinquenta) salários-mínimos; exclusão dos quadros do Conselho Regional de Odontologia.
 - (B) advertência confidencial, em aviso reservado; censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias; cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.
 - (C) advertência reservada; censura reservada; censura pública, em publicação oficial; multa de até 30 (trinta) salários-mínimos; indenização a eventual terceiro prejudicado; interdição para o exercício da odontologia.
 - (D) repreensão; suspensão; multa cujo teto será fixado pelo Conselho Federal de Odontologia; demissão do cirurgião-dentista que seja servidor público; cassação do registro profissional.
 - (E) advertência; repreensão; censura; multa de até 10 (dez) salários-mínimos; suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias; interdição para o exercício da odontologia.

